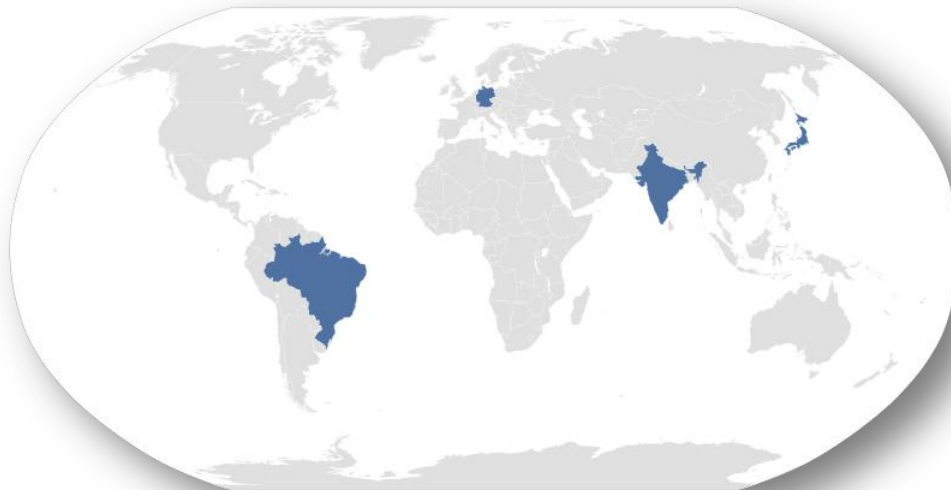


Grupo dos Quatro (G4)

Alemanha, Brasil, Índia e Japão



CONTEXTO GERAL

O Grupo dos Quatro (G4) foi criado em 2004 pelos chefes de Estado e Governo da Alemanha, Brasil, Índia e Japão, com a finalidade de promover a reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) mediante a expansão das duas categorias de membros do órgão: permanentes e não-permanentes (rotativos). No ano seguinte, na 60ª sessão da Assembleia Geral, o G4 apresentou o projeto de resolução A/59/L.64¹, que propunha a criação de seis novos assentos permanentes – sem o direito ao veto – e quatro assentos não-permanentes. O prazo estipulado para testar a nova formação do Conselho de Segurança seria de 15 anos. Logo após este prazo, ocorreria uma revisão desta reforma.

Em 2009, França e Reino Unido reiteraram o apoio ao G4, mas proporam uma reforma interina do CSNU, que consistia em criar assentos não-permanentes com mandatos de duração mais longa, por um período a ser determinado. Ao final deste período, esses assentos poderiam ser convertidos em permanentes.

¹ Acesse o projeto de resolução **A/59/L.64** em [espanhol](#) ou em [inglês](#) clicando nos respectivos links.

Na Reunião Ministerial do G4, em 2012, os Ministros concordaram que o CSNU tem sido incapaz de lidar com as ameaças e desafios relacionados à paz e segurança internacional do mundo, de forma que se fazia necessário intensificar esforços para mudar o *status quo* estabelecido desde 1945. Os líderes, então, reiteraram o apoio à iniciativa do Brasil de estabelecer maior diálogo e envolvimento do G4 com a sociedade civil, centros de pesquisa, mídia e universidades sobre o debate acerca da reforma do Conselho. Essa reunião foi fundamental para reafirmar a unidade e o empenho do grupo com vistas a avançar o processo de reforma do CSNU.

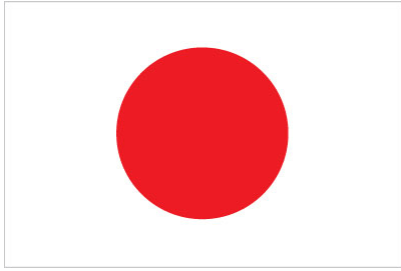


Os anos seguintes foram marcados por maior empenho do G4 na questão da reforma da Organização, como um todo. O Brasil, por exemplo – a despeito de ter deixado de falar sobre o anseio de uma cadeira permanente para não ter que fazer concessões a países aliados em troca de votos no futuro –, patrocinou debates como a revitalização da agenda de desarmamento e a reestruturação das Missões de Paz. De maneira geral, os representantes brasileiros se limitaram a dizer que “os métodos de trabalho da ONU devem ser repensados”. A Índia, por sua vez, e principalmente depois de ter recebido apoio dos Estados Unidos, tentou o apoio da Rússia e China, já membros permanentes (principalmente através de fóruns comerciais, como o BRICS), a fim de conseguir o tão desejado assento permanente no Conselho de Segurança. A despeito da retomada do crescimento econômico –



que fora interrompido pelas crises de 2008 e 2011 – os índices de desenvolvimento na Índia e no Brasil são reprimidos pelos altos índices de corrupção. Essa condição interna desses dois países é questionada pelo Clube do Café.

Para alcançar seus objetivos, os quatro países têm promovido encontros entre si e, com o intuito de aprovar uma resolução curta preliminar em favor da proposta, criado alianças com outros países fora do grupo. A África é uma região de foco para o G4, pois possui uma enorme quantidade de nações votantes na Assembleia Geral. Como exemplo das alianças desenvolvidas até agora, o Japão conseguiu o apoio da Ucrânia, que se interessou por uma possível candidatura a vaga de membro não-permanente da Europa Oriental e ganhou o apoio do Japão



para a entrada na Organização Mundial do Comércio. Por questões econômicas, os Estados Unidos (que são o maior contribuinte do orçamento da ONU) apoiam a entrada do Japão. A China, entretanto, é contra.

Em contrapartida, os Estados Unidos não apoiam a entrada da Alemanha, uma das maiores economias do mundo. A justificativa dos norte-americanos é que a entrada da Alemanha no Conselho de Segurança – como membro permanente – afetaria o equilíbrio de poder do continente europeu. Em contrapartida, os outros quatro membros permanentes já sinalizaram apoio à Alemanha. O Governo Federal alemão, entretanto, tem enfatizado que o interesse primordial é uma reforma na ONU, como um todo, e que as reivindicações alemãs estão apenas em “segundo plano”. Neste contexto, é ressaltada a necessidade de fortalecimento dos direitos humanos, do combate à pobreza e de maior proteção do meio ambiente.



POSICIONAMENTO

A proposta do G4 claramente reflete os anseios das quatro nações de se tornarem membros permanentes. Esses países afirmam que o sistema internacional seria beneficiado com a inclusão de países em desenvolvimento no Conselho de Segurança, pois dessa forma o mesmo teria maior habilidade para refletir as realidades geopolíticas atuais, “tornando-o mais forte, representativo, legítimo, efetivo e eficiente”.

A estratégia utilizada pelas Nações G4 é firmar aliança com outros blocos regionais e/ou político-econômicos. Exemplo disto é que esses quatro países, que estão entre as 10 maiores economias do mundo, tentam usar desta posição privilegiada para conseguirem o apoio do G77. Além disso, o Grupo dos Quatro espera conseguir apoio da União Africana, já que dos seis novos assentos permanentes que o grupo propõe, dois seriam para a África.

No âmbito dos BRICS, Índia e Brasil tentam o apoio da China e da Rússia, já membros permanentes. A África do Sul cogita apoiar as iniciativas do Grupo dos Quatro e até mesmo se integrar ao grupo, transformando-o em G5. A proposta só

não se concretizou porque Alemanha, Brasil, Índia e Japão avaliam que uma eventual adesão da África do Sul acarretaria em uma perda do apoio de muitos países africanos. Em suma, o G4 deixa para que os dois membros permanentes africanos sejam escolhidos no âmbito da União Africana e no Conselho de Segurança das Nações Unidas.